



**CÂMARA
MUNICIPAL
PRESIDENTE
PRUDENTE**



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Julho/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

Concurso Público para o Provimento de Cargos de Controlador Interno

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Pitágoras de Samos foi um filósofo e matemático grego jônico creditado como fundador do movimento chamado Pitagorismo.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 60 questões numeradas de 1 a 60 e se contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Estudo de Caso a tinta, no espaço apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o trecho de uma carta do escritor latino Sêneca para responder às questões de números 1 a 7.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a morte está sempre presente, quer para o velho ou para o jovem. Depois ninguém é tão velho que não possa reivindicar para si mais um dia. Um dia é um degrau na vida. Toda vida consta de partes, e elas formam círculos concêntricos maiores e menores. Há um que abraça a todos e os fecha: é o círculo do dia do nosso nascimento até a morte. Outro compreende apenas os anos da juventude; há o que abarca toda a infância. Finalmente há o ano que por si só e em si contém um ciclo completo de tempo a partir do qual contamos a vida. Um círculo menor contém os meses. A rotação de um dia constitui o menor círculo que passa, como os outros, do seu início ao fim, da aurora ao ocaso. Portanto, todo dia deve ser ordenado como encerrando uma marcha, como se fosse o último e supremo dia de nossa vida.

Marco Pacúvio costumava realizar um sacrifício fúnebre para si mesmo, com as libações e os famosos banquetes funerários. Em seguida, fazia-se levar da sala ao seu quarto enquanto os criados cantavam em grego com acompanhamento musical: "Ele está morto! Sua vida já passou!" Pacúvio não passava um só dia sem realizar esse ritual. Façamos, no entanto, e com intenções honestas, o que aquele desabusado fazia como espetáculo. Ao dormir, digamos com alegria e contentamento: "Vivi. Percorri o curso que a fortuna traçou para mim." Se Deus nos conceber um dia a mais de acréscimo, recebamos com alegria. É um homem muito feliz e com plena posse de si mesmo aquele que espera o amanhã sem inquietude. Todo aquele que diz "já vivi" recebe cotidianamente mais um dia como lucro.

Mas já devo concluir esta carta. "Então irás terminá-la desse modo, sem nenhum acréscimo para mim?", é o que me dirias. Nada temas, pois ela nos dá algo. Por que disse "algo"? Ela nos dá muito. Há, com efeito, algo mais belo do que aquilo que te darei agora? "É um mal viver sob o jugo das necessidades, mas não é necessário viver sob a necessidade."

(Adaptado de: Sêneca. **Sobre os enganos do mundo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011, p. 9-11)

1. Em relação ao ritual diário realizado por Marco Pacúvio, Sêneca critica explicitamente seu caráter
 - (A) comovente.
 - (B) eventual.
 - (C) contraditório.
 - (D) teatral.
 - (E) enfadonho.
2. Está empregado em sentido conotativo o verbo sublinhado em:
 - (A) os criados cantavam em grego com acompanhamento musical.
 - (B) Toda vida consta de partes, e elas formam círculos concêntricos maiores e menores.
 - (C) Há um que abraça a todos e os fecha.
 - (D) aquele que espera o amanhã sem inquietude.
 - (E) Nada temas, pois ela nos dá algo.
3. Sêneca inclui-se no próprio texto, valendo-se para tanto de pronome na primeira pessoa do plural, em:
 - (A) "Então irás terminá-la desse modo, sem nenhum acréscimo para mim?", é o que me dirias.
 - (B) Finalmente há o ano que por si só e em si contém um ciclo completo de tempo a partir do qual contamos a vida.
 - (C) Façamos, no entanto, e com intenções honestas, o que aquele desabusado fazia como espetáculo.
 - (D) Ao dormir, digamos com alegria e contentamento: "Vivi. Percorri o curso que a fortuna traçou para mim."
 - (E) Há um que abraça a todos e os fecha: é o círculo do dia do nosso nascimento até a morte.
4. Há, com efeito, algo mais belo do que aquilo que te darei agora? (3º parágrafo)
A expressão sublinhada pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido do texto, por:
 - (A) de fato
 - (B) desse modo
 - (C) muito embora
 - (D) mesmo assim
 - (E) no entanto



5. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:
- (A) *É um mal viver sob o jugo das necessidades, mas não é necessário viver sob a necessidade.*
 - (B) *A rotação de um dia constitui o menor círculo que passa, como os outros, do seu início ao fim, da aurora ao ocaso.*
 - (C) *Portanto, todo dia deve ser ordenado como encerrando uma marcha, como se fosse o último e supremo dia de nossa vida.*
 - (D) *Percorri o curso que a fortuna traçou para mim.*
 - (E) *Há um que abraça a todos e os fecha: é o círculo do dia do nosso nascimento até a morte.*
-
6. Depois ninguém é tão velho que não possa reivindicar para si mais um dia. (1º parágrafo)
- No contexto em que se insere, o termo sublinhado acima introduz uma oração que expressa ideia de
- (A) condição.
 - (B) consequência.
 - (C) causa.
 - (D) comparação.
 - (E) finalidade.
-
7. Diferentemente dos processos de formação de palavras que consistem em acréscimo ou subtração de afixos a um radical, uma palavra também pode ser formada quando passa de uma classe gramatical a outra sem alterações formais. Tal processo é denominado **conversão**. Constitui exemplo de conversão a palavra sublinhada no seguinte trecho:
- (A) *Percorri o curso que a fortuna traçou para mim.*
 - (B) *Portanto, todo dia deve ser ordenado como encerrando uma marcha, como se fosse o último e supremo dia de nossa vida.*
 - (C) *É um homem muito feliz e com plena posse de si mesmo aquele que espera o amanhã sem inquietude.*
 - (D) *Todo aquele que diz “já vivi” recebe cotidianamente mais um dia como lucro.*
 - (E) *Há, com efeito, algo mais belo do que aquilo que te darei agora?*

Atenção: Considere o texto a seguir para responder às questões de números 8 a 12.

O cinema, que, evidentemente, sempre foi uma arte de entretenimento voltada para o grande público, teve também, às vezes como corrente marginal e outras como central, grandes talentos que, apesar das difíceis condições em que os cineastas sempre precisaram trabalhar por razões de orçamento e dependência das produtoras, foram capazes de realizar obras de grande riqueza, profundidade e originalidade, com inequívoca marca pessoal. Mas, nossa época, em conformidade com a inflexível pressão da cultura dominante, privilegia o engenho em vez da inteligência, as imagens em vez das ideias, o humor em vez da sisudez, o banal em vez do profundo e o frívolo em vez do sério.

Não surpreende que, na era do espetáculo, no cinema os efeitos especiais tenham passado a ter um protagonismo que relega a segundo plano temas, diretores, roteiros e até atores. Pode-se alegar que isso se deve em boa parte à prodigiosa evolução tecnológica dos últimos anos, e que agora é possível fazer verdadeiros milagres no campo da simulação e da fantasia visuais. Em parte, sem dúvida. Mas, por outro lado, por acaso o principal, isso se deve a uma cultura que propicia o menor esforço intelectual, a ausência de preocupação, angústias e, em última instância, pensamento, em favor da entrega em atitude passiva àquilo que o agora esquecido Marshall McLuhan – sagaz profeta do caráter que a cultura de hoje adquiriria – chamava de “banho de imagens”, essa entrega submissa a emoções e sensações desencadeadas por um bombardeio inusitado e muitas vezes brilhantíssimo de imagens que chamam a atenção, embora, com sua natureza primária e passageira, embotem a sensibilidade e o intelecto do público.

(VARGAS LLOSA, Mario. **A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura**. Trad: Ivone Benedetti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, edição eletrônica)

8. *apesar das difíceis condições em que os cineastas sempre precisaram trabalhar* (1º parágrafo)
- Considerando o contexto, no trecho acima, a locução “apesar de” introduz uma
- (A) finalidade.
 - (B) causa.
 - (C) consequência.
 - (D) concessão.
 - (E) comparação.
-
9. Retoma uma expressão empregada anteriormente no texto o termo sublinhado em:
- (A) *Pode-se alegar que isso se deve em boa parte à prodigiosa evolução tecnológica dos últimos anos.*
 - (B) *apesar das difíceis condições em que os cineastas sempre precisaram trabalhar.*
 - (C) *um protagonismo que relega a segundo plano temas, diretores, roteiros e até atores.*
 - (D) *e que agora é possível fazer verdadeiros milagres no campo da simulação e da fantasia visuais.*
 - (E) *essa entrega submissa a emoções e sensações.*



10. Para expressar uma ideia, o autor recorre a uma hipérbole no trecho:
- (A) *um bombardeio inusitado e muitas vezes brilhantíssimo de imagens.*
 - (B) *sempre foi uma arte de entretenimento voltada para o grande público.*
 - (C) *foram capazes de realizar obras de grande riqueza, profundidade e originalidade.*
 - (D) *no cinema os efeitos especiais tenham passado a ter um protagonismo.*
 - (E) *isso se deve a uma cultura que propicia o menor esforço.*
-
11. *embora, com sua natureza primária e passageira, embotem a sensibilidade e o intelecto do público.* (2º parágrafo)
- Na frase acima, o verbo “embotar” está empregado com sentido semelhante ao do verbo
- (A) enaltecer.
 - (B) recuperar.
 - (C) ilustrar.
 - (D) provocar.
 - (E) enfraquecer.
-
12. Encontra-se adjetivo formado com prefixo de negação no trecho:
- (A) *propicia o menor esforço intelectual*
 - (B) *uma arte de entretenimento*
 - (C) *obras de grande riqueza*
 - (D) *a inflexível pressão da cultura dominante*
 - (E) *as imagens em vez das ideias*
-
13. O comentário escrito com correção gramatical, considerando a norma-padrão, está em:
- (A) Embora seja imensa a oferta cultural da contemporaneidade, poucos são os jornais que ainda publicam resenhas de livros, exposições e concertos.
 - (B) Na música, na modernidade, predominam aquelas que se tornou símbolo de identidade para as novas gerações.
 - (C) As bandas e também os cantores da moda, reúnem multidões, assemelhando-se à festas pagãs dionisíacas da Grécia clássica.
 - (D) No compasso de vozes e instrumentos exacerbados, com amplificadores alto-falantes, o indivíduo de maneira inconsciente, volta à tempos primitivos.
 - (E) Se uma cultura substituem ideias por imagens, os produtos literários e artísticos são promovidos, aceitos ou rejeitados, por técnicas publicitárias.
-

Matemática e Raciocínio Lógico

14. Todos os atletas de certo clube fizeram dois exames médicos, denominados E1 e E2. Cada atleta escolheu qual exame fazer primeiro, sendo que todos os atletas concluíram seus exames em 3 dias. No primeiro dia, cada um dos atletas fez apenas um único exame, de maneira que a razão entre o número de exames E1 realizados e o número de exames E2 realizados foi igual a $\frac{2}{7}$. No segundo dia, 43 atletas fizeram o exame E1 e 35 atletas fizeram o exame E2, de maneira que, realizados todos os exames do segundo dia, a razão já indicada passou a ser igual a $\frac{5}{16}$. No terceiro dia, foram feitos os exames em todos os atletas que, até o momento, só haviam feito 1 exame.
- O algarismo das unidades do número de atletas que fizeram exame no terceiro dia é igual a
- (A) 1
 - (B) 3
 - (C) 5
 - (D) 7
 - (E) 9
-
15. Um terreno com 5.225 m^2 de área foi preparado para uma determinada plantação por 3 pessoas. O terreno foi dividido entre essas pessoas em partes inversamente proporcionais às suas idades em meses. A pessoa mais velha entre as três preparou 1.260 m^2 do terreno. A pessoa mais nova tem uma idade que corresponde a $\frac{6}{7}$ da idade da segunda pessoa mais nova.
- Sabendo que a diferença das idades das duas pessoas mais velhas, em meses, é igual 171, a idade da pessoa mais velha desse grupo, em meses, está compreendida entre
- (A) 450 e 500
 - (B) 500 e 550
 - (C) 550 e 600
 - (D) 600 e 650
 - (E) 650 e 700
-



16. Em uma universidade, apenas parte dos 4.350 alunos praticam esportes regularmente. Em uma competição esportiva destinada ao corpo discente, houve um total de 680 alunos inscritos, de maneira que, dos alunos que praticam esportes regularmente, 40% se inscreveram e, considerando os demais alunos, 15% se inscreveram.

O número de alunos inscritos nessa competição e que não praticam esportes regularmente é igual a

- (A) 576
- (B) 486
- (C) 516
- (D) 426
- (E) 636

17. Considere o padrão de formação da sequência ilimitada:

30, 60, 42, 45, 90, 54, 60, 120, 66, 75, 150, 78, 90, 180, 90, 105, ...,

em que $a_1 = 30$, $a_2 = 60$, etc...

Seja m o menor número natural para o qual o termo a_m seja maior do que 1000 e os dois termos subsequentes a a_m também sejam maiores do que 1000, ou seja, ocorrem três termos consecutivos maiores do que 1000. O valor de m é igual a

- (A) 98
- (B) 305
- (C) 203
- (D) 241
- (E) 158

18. Uma máquina parou de funcionar e o autodiagnóstico indicou corretamente (ou seja, é verdade) que o defeito foi em apenas dois dos componentes P, Q, R e S. O engenheiro indicado para inspecionar esses quatro componentes considerou inicialmente as seguintes hipóteses:

- 1ª: Se o componente P está com defeito, então o componente R está com defeito.
- 2ª: O componente R não está com defeito e o componente S não está com defeito.
- 3ª: O componente P está com defeito ou o componente Q está com defeito.
- 4ª: Ou o componente Q não está com defeito ou o componente S está com defeito.

Terminada a inspeção e identificados os componentes com problema, observou-se que exatamente duas das hipóteses iniciais do engenheiro estavam incorretas (ou seja, eram falsas), sendo uma delas a 2ª hipótese. Portanto, os componentes defeituosos nessa máquina são

- (A) P e R.
- (B) P e S.
- (C) Q e R.
- (D) Q e S.
- (E) R e S.

19. A empresa ABC promoveu um seminário que contou com a participação de 23 de seus funcionários e que teve, no total, menos de 100 pessoas. Cada participante era economista ou contador, sendo 78 participantes que eram economistas, e 26 participantes que eram contadores. As únicas 12 pessoas que eram economistas e contadores eram funcionárias da empresa ABC. Entre os contadores que não são economistas, 11 não são funcionários da empresa ABC. O algarismo das unidades do número de participantes que são apenas economistas é igual a

- (A) 7
- (B) 5
- (C) 6
- (D) 4
- (E) 8

20. Cacá, Caté, Cati, Carol e Calu trabalham, respectivamente, nas lojas Dodô, Harpia, Nambu, Sabiá e Tordo. Essas mulheres moram, não necessariamente nessa ordem, nas ruas Dodô, Harpia, Nambu, Sabiá e Tordo, de maneira que nenhuma mulher mora em uma rua cujo nome é o mesmo da loja em que trabalha. A mulher que mora na rua Harpia trabalha na loja que tem o mesmo nome da rua onde mora Cacá. A mulher que trabalha na loja Tordo, não mora na rua Dodô. Carol mora na rua Nambu ou na rua Tordo. Cacá não mora na rua Nambu. A mulher que mora na rua Sabiá não trabalha na loja Harpia.

Na rua Dodô mora

- (A) Cacá.
- (B) Caté.
- (C) Cati.
- (D) Carol.
- (E) Calu.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Daniela é filha de italianos e nasceu no Brasil quando seus pais aqui estavam visitando seus avós. Nicole, filha de brasileiros, nasceu na Alemanha quando seus pais lá estavam a serviço do Brasil. Considerando apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- (A) apenas Daniela é brasileira nata e pode fazer pedido expresso da perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, independentemente de ter também outra nacionalidade.
 - (B) Daniela e Nicole são brasileiras natas e podem fazer pedido expresso da perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, independentemente de terem também outra nacionalidade.
 - (C) Daniela e Nicole são brasileiras natas e, por esse motivo, não podem fazer pedido expresso da perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, independentemente de terem também outra nacionalidade.
 - (D) Daniela e Nicole são brasileiras natas e, se também tiverem outra nacionalidade, podem fazer pedido expresso da perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente.
 - (E) apenas Nicole é brasileira nata e, se tiver também outra nacionalidade, pode fazer pedido expresso da perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente.
-
22. Bianca, brasileira naturalizada, tem 20 anos de idade e é estudante de Direito. Ana, brasileira nata, tem 67 anos de idade e é professora aposentada. Raul, brasileiro nato, tem 35 anos de idade, é analfabeto e comerciante. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, considerando apenas as informações fornecidas, nessas situações, o alistamento e o voto são
- (A) obrigatórios para Bianca e Ana, e proibidos para Raul.
 - (B) obrigatórios para Bianca e Ana, e facultativos para Raul.
 - (C) facultativos para Bianca, Ana e Raul.
 - (D) obrigatórios para Bianca e facultativos para Ana e Raul.
 - (E) facultativos para Bianca e proibidos para Ana e Raul.
-
23. Manoel aposentou-se e continua filiado ao sindicato da sua categoria. Victor é empregado sindicalizado e registrou sua candidatura a cargo de direção em seu sindicato. Considerando apenas as informações fornecidas, nessas situações, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Manoel
- (A) não pode votar nem ser votado nas organizações sindicais e Victor não pode ser dispensado desde o registro de sua candidatura e, se eleito, exceto se suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (B) pode votar e ser votado nas organizações sindicais e Victor não pode ser dispensado desde o registro de sua candidatura e, se eleito, exceto se suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (C) não pode votar nem ser votado nas organizações sindicais e Victor não pode ser dispensado desde o registro de sua candidatura e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (D) pode votar, mas não pode ser votado nas organizações sindicais e Victor não pode ser dispensado desde o registro de sua candidatura e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
 - (E) pode votar e ser votado nas organizações sindicais e Victor não pode ser dispensado desde o registro de sua candidatura e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
-
24. Rodrigo é servidor público da administração direta e foi eleito Vereador no município em que reside. Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Rodrigo, no exercício de seu mandato eletivo,
- (A) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 - (B) ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, independentemente da compatibilidade de horários, e perceberá, obrigatoriamente, a remuneração do cargo eletivo.
 - (C) perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, independentemente da compatibilidade de horários.
 - (D) ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, independentemente da compatibilidade de horários, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
 - (E) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, e perceberá, obrigatoriamente, a remuneração do cargo eletivo.



25. Com relação ao processo legislativo, considere:

- I. A Constituição poderá ser emendada, dentre outras hipóteses, mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- II. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.
- III. As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

Noções de Direito Administrativo

26. De acordo com a Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019 e alterações),

- (A) uma das penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade nela previstas é a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, sendo que essa pena deve ser aplicada cumulativamente com a de suspensão do exercício do cargo, não podendo ser aplicada de forma autônoma.
- (B) os crimes nela previstos são de ação penal pública incondicionada, admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, podendo o Ministério Público intervir em todos os termos do processo, sendo-lhe vedado, entretanto, retomar a ação como parte principal, ainda que negligente o querelante.
- (C) a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de um a dez anos é um efeito automático da condenação por crime de abuso de autoridade, bastando, para sua aplicação, que o condenado tenha praticado uma única vez o crime.
- (D) faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- (E) não é considerado agente público, para efeitos dessa Lei, aquele que exerce, transitoriamente, sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função em órgão da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.

27. De acordo com a Lei nº 9.784/1999 e alterações (regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal), o processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido do interessando, sendo que a competência é

- (A) renunciável, pois permitida a delegação a outros órgãos ou titulares e, em caráter excepcional, será permitida a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente superior.
- (B) irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, vedada delegação e avocação.
- (C) irrenunciável, sendo que um órgão administrativo poderá delegar parte da sua competência a outros órgãos, desde que estes lhe sejam hierarquicamente subordinados.
- (D) renunciável, pois pode ser objeto de delegação a outros órgãos ou titulares, se não houver impedimento legal, sendo que a autoridade delegante não poderá revogar esse ato de delegação.
- (E) irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

28. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021 e alterações),

- (A) a comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- (B) na ação de improbidade administrativa, se houver mais de um réu, a somatória dos valores declarados indisponíveis poderá superar o montante indicado na petição inicial como dano ao erário ou como enriquecimento ilícito.
- (C) a autoridade administrativa rejeitará a representação para que seja instaurada investigação para apurar ato de improbidade que não contiver as formalidades estabelecidas na mencionada lei, impedindo, essa rejeição, a representação ao Ministério Público.
- (D) na ação por improbidade administrativa não poderá ser formulado, em caráter antecedente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, por expressa vedação legal.
- (E) cabe, exclusivamente, ao Ministério Público, a representação à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.



29. Para os fins da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos),
- (A) considera-se termo de referência: peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, que deve conter, no mínimo, os seguintes elementos: condições de solidez, de segurança e de durabilidade; prazo de entrega; e proposta de concepção da obra ou do serviço de engenharia.
 - (B) consideram-se serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.
 - (C) considera-se empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.
 - (D) considera-se empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total.
 - (E) considera-se leilão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
30. De acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011 (regula o acesso a informações e dá outras providências), considere:
- I. O acesso à informação de que trata a mencionada lei compreende, entre outros, o direito de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.
 - II. O acesso à informação de que trata a mencionada lei não compreende o direito de obter informação relativa ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.
 - III. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) II, apenas.
 - (E) I e III, apenas.

Administração Financeira e Orçamentária

31. A Lei Orçamentária Anual de determinado município, ao ser encaminhada para aprovação na Câmara Municipal, continha uma disposição que criava um fundo de reserva para despesas imprevistas e outra que criava cargos públicos na estrutura da Secretaria de Administração, fixando os respectivos vencimentos. O Controlador Interno apontou irregularidade devido à presença de matéria estranha à previsão de receitas e à fixação de despesas. No caso em questão, há uma violação ao princípio orçamentário da
- (A) Universalidade.
 - (B) Unidade.
 - (C) Exclusividade.
 - (D) Anualidade.
 - (E) Publicidade.
32. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) amplia as funções da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em relação ao previsto na Constituição Federal de 1988. De acordo com a LRF, a LDO deve
- (A) conter Anexo de Metas Fiscais e Anexo de Riscos Fiscais, sendo estes dispensados aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes.
 - (B) dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, sendo vedada disposições sobre equilíbrio entre receitas e despesas que deverão constar na Lei Orçamentária Anual.
 - (C) conter em seu projeto Anexo de Metas Fiscais, com metas anuais para receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se refere e para os dois seguintes.
 - (D) estabelecer as diretrizes para a elaboração do Plano Plurianual do exercício seguinte, funcionando como instrumento de compatibilização entre o planejamento de longo prazo e a execução orçamentária anual.
 - (E) conter o Anexo de Riscos Fiscais, no qual serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, cabendo ao Tribunal de Contas competente definir quais entes municipais ficam sujeitos a essa obrigação com base em critérios de materialidade.
33. O recebimento de bens móveis em doação
- (A) gera uma receita orçamentária efetiva.
 - (B) gera uma receita orçamentária não efetiva.
 - (C) gera um dispêndio extraorçamentário.
 - (D) gera um ingresso extraorçamentário.
 - (E) não gera receita orçamentária e nem ingresso extraorçamentário.



34. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) disciplinou os limites do endividamento público e as consequências para os entes que os ultrapassarem. Com base nesse contexto, a LRF orienta que
- (A) ultrapassado o limite da dívida consolidada ao final de um quadrimestre, o ente deve reconduzir o excesso até o término dos três quadrimestres subsequentes, sendo obrigatória a redução de pelo menos 25% do excesso já no primeiro.
 - (B) o descumprimento do limite de endividamento não gera qualquer restrição ao recebimento de transferências voluntárias ou à obtenção de garantias da União.
 - (C) as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária são equiparadas às demais operações de crédito, sujeitando-as ao mesmo limite geral e permitindo sua contratação em qualquer período do exercício financeiro.
 - (D) ultrapassado o limite de endividamento, o ente tem prazo de dois exercícios financeiros para promover a recondução, devendo reduzir pelo menos 60% no primeiro exercício financeiro.
 - (E) enquanto perdurar o excesso de endividamento, é vedado ao ente receber transferências voluntárias, podendo apenas realizar operações de crédito interna e por antecipação de receitas, ficando vedadas as operações de crédito externas.

Atenção: Considere as informações seguintes para responder às questões de números 35 e 36

Determinado município aprovou a Lei Orçamentária Anual com dotação inicial de R\$ 2.000.000 para a função Saúde. Durante o exercício, foram identificados os seguintes fatos:

▪ Superávit financeiro no Balanço Patrimonial do exercício anterior	R\$ 400.000
▪ Excesso de arrecadação verificado no exercício	R\$ 300.000
▪ Anulação parcial de dotação da função Educação	R\$ 200.000
▪ Dotação inicial da função Saúde	R\$ 2.000.000
▪ Crédito suplementar aberto para a função Saúde	R\$ 350.000
▪ Crédito especial aberto para a função Educação	R\$ 150.000

35. A dotação atualizada da função Saúde e o total de créditos adicionais abertos no exercício foram, respectivamente, em reais,
- (A) 2.350.000 e 650.000
 - (B) 2.750.000 e 650.000
 - (C) 2.350.000 e 500.000
 - (D) 2.500.000 e 500.000
 - (E) 2.750.000 e 500.000
36. De acordo com a Lei nº 4.320/64 e com os dados fornecidos, o valor máximo que pode ser aberto de créditos adicionais suplementares e especiais, considerando as fontes de abertura mencionados, é de, em reais,
- (A) 600.000
 - (B) 500.000
 - (C) 450.000
 - (D) 900.000
 - (E) 1.400.000

37. Uma entidade pública apresentou as seguintes informações em determinado exercício financeiro:

▪ Receita arrecadada no exercício	R\$ 4.000.000
▪ Despesa total empenhada no exercício	R\$ 3.800.000
▪ Despesa liquidada e paga no exercício	R\$ 2.900.000
▪ Despesa liquidada e não paga	R\$ 400.000

Desconsiderando possíveis cancelamentos de despesas, os valores a serem inscritos em restos a pagar processados e não processados são, respectivamente, em reais,

- (A) 500.000 e 400.000
- (B) 400.000 e 400.000
- (C) 500.000 e 500.000
- (D) 600.000 e 700.000
- (E) 400.000 e 500.000



38. Determinada entidade pública constatou a execução orçamentária das seguintes despesas:

▪ Vencimentos e salários	R\$ 800.000
▪ Obras e instalações	R\$ 300.000
▪ Amortização da dívida	R\$ 200.000
▪ Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 150.000
▪ Aquisição de imóveis	R\$ 100.000
▪ Juros da dívida	R\$ 120.000
▪ Aquisição de equipamentos	R\$ 80.000
▪ Diárias a servidores	R\$ 60.000
▪ Aquisição de veículos	R\$ 40.000

Com base nesses dados, o total de despesas correntes e o total de despesas de capital são, respectivamente, em reais,

- (A) 1.130.000 e 720.000
(B) 1.250.000 e 600.000
(C) 950.000 e 800.000
(D) 1.130.000 e 620.000
(E) 1.010.000 e 720.000

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

39. Uma secretaria estadual adquiriu, em 01/08/X1, medicamentos para distribuição gratuita. Na aquisição, ocorreram os seguintes gastos:

▪ Preço de compra:	R\$ 72.000
▪ Descontos comerciais obtidos:	R\$ 5.000
▪ Frete:.....	R\$ 3.000

Estes medicamentos foram reconhecidos como estoque da entidade em 01/08/X1. Até a data de 31/01/X2, os medicamentos não haviam sido distribuídos, momento em que a entidade pública avaliou este estoque pelo custo corrente de reposição de R\$ 71.000.

Nestas condições, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com a NBC TSP 04 – Estoques, o valor que deve estar registrado deste estoque em

- (A) 01/08/X1 é de R\$ 72.000
(B) 01/08/X1 é de R\$ 75.000
(C) 01/08/X1 é de R\$ 71.000
(D) 31/01/X2 é de R\$ 70.000
(E) 31/01/X2 é de R\$ 71.000

40. O município fictício XYZ está sendo processado judicialmente por um fornecedor de bens que alega descumprimento contratual. O valor solicitado é de R\$ 200.000 e os assessores jurídicos do município avaliam que a demanda é possível, mas improvável. Com base na NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deve-se

- (A) reconhecer uma provisão no valor de R\$ 200.000.
(B) reconhecer uma provisão a valor a ser estimado pelos assessores jurídicos.
(C) reconhecer um passivo contingente no valor de R\$ 200.000.
(D) evidenciar um passivo contingente.
(E) evidenciar uma provisão.



41. Acerca do ativo imobilizado e com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, tem-se que
- (A) ativos imobilizados obtidos a título gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição.
 - (B) o valor depreciável é determinado pela soma do valor contábil bruto com o valor residual.
 - (C) a depreciação corresponde ao período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo.
 - (D) as despesas administrativas devem integrar o custo do ativo imobilizado.
 - (E) a mensuração após o reconhecimento deve ocorrer pelo valor do custo ou pelo custo corrente de reposição, dos dois o menor.
-
42. Caso um ativo intangível adquirido em separado seja pago pelo valor a prazo, o qual é superior ao valor à vista, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a diferença entre o valor pago e o valor à vista deve ser reconhecida como
- (A) variação patrimonial aumentativa.
 - (B) variação patrimonial diminutiva.
 - (C) reserva de reavaliação.
 - (D) conta redutora do ativo intangível.
 - (E) ativo com variação patrimonial diminutiva a apropriar.
-
43. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a concessão de empréstimos e financiamentos é classificada como
- (A) ingresso de fluxo de caixa das atividades de investimento.
 - (B) ingresso de fluxo de caixa das atividades de financiamento.
 - (C) desembolso de fluxo de caixa das atividades operacionais.
 - (D) desembolso de fluxo de caixa das atividades de investimento.
 - (E) desembolso de fluxo de caixa das atividades de financiamento.
-
44. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a propriedade para investimento
- (A) é propriedade mantida para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para finalidades administrativas.
 - (B) pode ser adquirida por meio de permuta por um ou mais ativos não monetários, caso em que, em regra, deve ser mensurado pelo valor corrente de reposição.
 - (C) pode ser mensurada pelo modelo do custo ou pelo modelo da reavaliação após o reconhecimento inicial.
 - (D) deve ser inicialmente mensurada pelo valor justo, exceto se adquirida por meio de transação sem contraprestação.
 - (E) é a propriedade (terreno ou edificação – ou parte da edificação – ou ambos) mantida para auferir receitas de aluguel ou para valorização do capital, ou para ambas.
-
45. Em alguns casos, o reconhecimento da variação patrimonial aumentativa pode ocorrer após a ocorrência da arrecadação da receita orçamentária. Um destes casos é o recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de serviços. A contabilização da natureza de informação patrimonial do reconhecimento da variação patrimonial aumentativa do caso mencionado, quando impacta o resultado da entidade pública, é:
- (A) D – 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
C – 2.2.9.1.x.xx.xx Variação Patrimonial Aumentativa Diferida (P)
 - (B) D – 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
C – 4.3.3.1.x.xx.xx Valor bruto de exploração de bens e direitos e prestação de serviços
 - (C) D – 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
C – 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
 - (D) D – 1.1.3.8.x.xx.xx Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo (P)
C – 4.3.3.1.x.xx.xx Valor bruto de exploração de bens e direitos e prestação de serviços
 - (E) D – 2.2.9.1.x.xx.xx Variação patrimonial aumentativa (VPA) diferida (P)
C – 4.3.3.1.x.xx.xx Valor bruto de exploração de bens e direitos e prestação de serviços

**Contabilidade Geral**

46. A empresa Tudo Certo S/A, especializada em prestação de serviço de entregas para terceiros, adquiriu uma van para utilizar nas atividades operacionais em 01/04/20X2 por R\$ 140.000,00, à vista. Foram pagos R\$ 500,00 para o registro do veículo, R\$ 700,00 para o emplacamento, R\$ 7.000,00 do prêmio do seguro (vigente por dois anos a partir da data da compra) e R\$ 200,00 para um reparo na maçaneta da porta do motorista.
- Espera-se que a van tenha um valor residual de R\$ 20.000,00 ao final dos quatro anos de uso.
- Considerando as informações acima, e que a empresa adotava o método de depreciação linear, o valor contábil líquido da van reportado no balanço patrimonial de 31/12/20X3 é
- (A) R\$ 140.000,00
(B) R\$ 20.000,00
(C) R\$ 88.175,00
(D) R\$ 92.225,00
(E) R\$ 88.287,50
-
47. A Indumentária S/A, fabricante de roupas, adquiriu o direito de uso de uma famosa marca de roupas infantis por R\$ 156.000,00, pelo período de dez anos a contar da data da assinatura do contrato, a qual ocorreu em 31/03/20X4. Em 30/09/20X4, foi veiculada uma notícia divulgando que a marca utiliza corantes tóxicos para tingir os tecidos das roupas, o que gerou uma queda abrupta no nível de vendas dessa marca.
- Especialistas internos da Indumentária S/A afirmam que, em 30/09/20X4, a marca tinha um valor em uso de R\$ 118.500,00, enquanto o valor justo era de R\$ 123.000,00, com custos de venda estimados em R\$ 5.500,00.
- Com base apenas nas informações apresentadas e no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a perda por redução no valor recuperável (*impairment*) do direito de uso da marca adquirido pela Indumentária S/A foi de
- (A) R\$ 29.700,00
(B) R\$ 148.200,00
(C) R\$ 30.700,00
(D) R\$ 37.500,00
(E) R\$ 38.500,00
-
48. O efeito esperado no lucro bruto ao utilizar o método UEPS (Último a Entrar, Primeiro a Sair) em um cenário de preços de aquisição de estoque crescentes, comparativamente ao PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) e ao MPM (Média Ponderada Móvel) é: (Assuma um nível de vendas e compras constantes, e que sempre há saldo remanescente de produtos em estoque entre períodos).
- (A) O lucro é idêntico ao do método PEPS, pois ambos usam custos históricos para o reconhecimento inicial dos estoques.
(B) O lucro bruto é menor comparativamente ao método PEPS.
(C) O lucro bruto não sofre alteração, pois o volume de vendas compensa o aumento de custos.
(D) O lucro bruto é maior comparativamente ao método PEPS.
(E) Não há como estimar o efeito no lucro bruto.
-
49. O CMV (Custo das Mercadorias Vendidas) no método PEPS poderia ser considerado 'desatualizado' porque
- (A) este método não permite o reconhecimento de perdas nos estoques.
(B) ele superestima o valor dos produtos mantidos nos estoques.
(C) assume os custos do estoque inicial e das primeiras compras como despesa.
(D) utiliza os custos das últimas aquisições para abater as vendas.
(E) utiliza uma média das compras de estoque no período para estimar o custo unitário.
-
50. Ao mensurar uma provisão, se o efeito do valor do dinheiro no tempo for material, o procedimento adotado segundo o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deve ser:
- (A) Somar os juros compostos de mercado ao valor nominal da obrigação.
(B) Ajustar a valor presente opcionalmente, desde que a taxa de desconto seja divulgada.
(C) Registrar a provisão pelo seu valor máximo possível para cobrir a inflação.
(D) Registrar a provisão pelo valor presente dos desembolsos esperados.
(E) Não reconhecer a provisão quando o valor do dinheiro no tempo for material por aumentar a incerteza acerca do montante do desembolso futuro.



Atenção: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 51 e 52.

A Calote S/A reconheceu ao longo do mês de fevereiro de 20X9 R\$ 4.000,00 de receita líquida de vendas. Sabe-se que 80% das vendas da empresa são a prazo, a serem recebidas em três meses da data da venda. Além disso, estima-se que 5% dessas vendas a prazo não serão recebidas. Em janeiro de 20X9, não houve recuperação de baixa de incobráveis de períodos anteriores. O saldo em 01/02/20X9 da conta de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) era de R\$ 100,00, enquanto o saldo final em 28/02/20X9 era de R\$ 120,00. O saldo bruto inicial de Contas a Receber em 01/02/20X9 era de R\$ 2.000,00 e o saldo final em 28/02/20X9 era de R\$ 4.000,00.

51. A partir das informações, deduz-se que
- (A) a despesa com PECLD em fevereiro de 20X9 foi de R\$ 20,00.
 - (B) o recebimento de clientes foi de R\$ 2.000,00.
 - (C) não houve baixa de incobráveis em fevereiro de 20X9.
 - (D) a entrada de caixa em fevereiro foi de R\$1.860,00.
 - (E) a baixa de incobráveis em fevereiro foi de R\$ 1.340,00.
-
52. Acerca do lançamento contábil da despesa com PECLD e respectiva contrapartida em fevereiro de 20X9, o efeito do reconhecimento da PECLD no balanço patrimonial da Calote S/A será:
- (A) Nulo.
 - (B) Aumento em Ativo e Aumento em Passivo.
 - (C) Aumento em Ativo e Aumento em PL.
 - (D) Diminuição em Ativo e Diminuição em Passivo.
 - (E) Diminuição em Ativo e Diminuição em PL.
-
53. Em relação aos 'Ativos Contingentes', a orientação para o reconhecimento nas demonstrações contábeis conforme o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes é de que:
- (A) A entidade não deve reconhecer ativos contingentes, mas deve divulgá-los em nota explicativa se a entrada de benefícios econômicos futuros for provável.
 - (B) O reconhecimento é obrigatório para todos os ativos contingentes, independentemente da probabilidade da entrada de benefício econômico futuro.
 - (C) Devem ser reconhecidos imediatamente como ganho, independentemente da probabilidade de geração de benefício econômico futuro.
 - (D) Devem ser reconhecidos inicialmente pelo custo histórico, e a mensuração subsequente segue o critério de valor justo.
 - (E) A entidade não deve reconhecer ativos contingentes e tampouco divulgá-los em nota explicativa, independentemente da probabilidade de entrada de benefícios econômicos futuros.

Auditoria

54. A Câmara Municipal exerce, no âmbito local, as funções legislativa e fiscalizadora sobre os atos do Poder Executivo. Nesse contexto, ao planejar testes em processos de despesa do Poder Executivo, o Controlador Interno e sua equipe de auditores decidiram utilizar amostragem em auditoria.
- Com base nas normas contábeis vigentes, amostragem estatística caracteriza-se pela
- (A) seleção aleatória dos itens e uso da teoria das probabilidades para avaliar a amostra.
 - (B) seleção dos itens com base no julgamento profissional do auditor e uso do raciocínio matemático para definição do tamanho da amostra.
 - (C) adoção necessária de tamanho de amostra superior ao da abordagem não estatística.
 - (D) utilização preferencial da seleção ao acaso como técnica padrão e julgamento profissional do auditor para exclusão dos *outliers*.
 - (E) aplicação apenas em objetos de alta materialidade, compreendidos aqueles com valor superior a R\$ 15 milhões.
-
55. A equipe de auditoria interna de certa Câmara Municipal está executando testes em um processo de aquisição de bens de informática. Durante a execução, a equipe precisa confirmar se os equipamentos registrados no patrimônio estão, de fato, em uso nos respectivos setores da Casa Legislativa. Adicionalmente, para verificar saldos pendentes de pagamento com o principal fornecedor, a equipe decide solicitar que o próprio fornecedor confirme os valores diretamente aos auditores.
- Considerando as técnicas e procedimentos de auditoria aplicáveis ao caso, os procedimentos adotados para a verificação dos equipamentos e para a confirmação de saldos com o fornecedor correspondem, respectivamente, a
- (A) exame documental e conciliação.
 - (B) observação e revisão analítica.
 - (C) inspeção física e circularização.
 - (D) conferência de cálculos e exame documental.
 - (E) inspeção física e revisão analítica.



56. Carlos, auditor de certa Câmara Municipal, conduz auditoria externa sobre a execução da política municipal de alimentação escolar. Para sustentar o achado preliminar de “ausência de comprovação da entrega regular de gêneros alimentícios em três escolas da rede municipal”, reuniu o seguinte conjunto de evidências: notas fiscais emitidas pelo fornecedor, atas do Conselho de Alimentação Escolar, planilhas de controle de estoque elaboradas pelas próprias unidades escolares, respostas a circularizações enviadas a dois fornecedores e relatório de inspeção física realizada por ele mesmo em uma das escolas.
- Agora, antes de finalizar o relatório, Carlos está analisando cada evidência de auditoria, a fim de verificar se elas possuem características necessárias (fonte, natureza, circunstâncias, pertinência e credibilidade) para embasar os apontamentos que tem feito no relatório, já que, no quesito de quantidade de evidências, achou que estava razoável.
- A característica da evidência de auditoria que Carlos está avaliando é a
- (A) suficiência.
 - (B) adequação.
 - (C) robustez.
 - (D) confiança.
 - (E) correção.
-
57. João, integrante da equipe de controladoria de certa Câmara Municipal, examina notas fiscais emitidas pelo fornecedor de combustíveis da edilidade. Ele possui certeza da fidedignidade dos documentos apresentados, mas possui dúvida sobre os valores faturados. Por conta disso, para cada nota, multiplica a quantidade de litros pelo preço unitário contratado, soma os valores parciais e confere o resultado obtido com o total faturado pelo fornecedor.
- Nesse caso, está sendo aplicada a técnica de
- (A) inspeção.
 - (B) recálculo.
 - (C) revisão analítica.
 - (D) conciliação.
 - (E) reexecução.
-
58. Vinicius, ao realizar uma auditoria nos sistemas da contabilidade de certa Câmara Municipal, constatou que o sistema não dispunha de autenticação em dois fatores, falha explorada por terceiros para o desvio de R\$ 115.000,00. Após identificar a irregularidade, sistematizar a situação encontrada, o critério violado, a causa, o efeito e as evidências em quadro próprio, Vinicius passou agora a examinar, individualmente, a conduta do ordenador de despesas, do contador responsável e do servidor da TI, correlacionando cada ação ou omissão ao dano apurado.
- Nessa segunda etapa, Vinicius deverá elaborar a matriz
- (A) de achados, instrumento que correlaciona cada conduta individual ao dano, viabilizando a imputação de débito e a aplicação de sanções.
 - (B) de planejamento, instrumento utilizado para vincular cada agente público ao prejuízo apurado e fundamentar a proposta de citação no processo de contas.
 - (C) de responsabilização, instrumento que individualiza a conduta dos agentes, estabelece o nexo de causalidade com o dano e fundamenta a proposta de citação e demais encaminhamentos sancionatórios.
 - (D) de procedimentos, instrumento que classifica as condutas de cada agente em ordem decrescente de gravidade, atribuindo a cada um percentual proporcional do prejuízo apurado para fins de imputação automática de débito.
 - (E) SWOT, instrumento que cruza fatores internos e externos relacionados à conduta dos agentes públicos, permitindo a quantificação do dano e a respectiva imputação.
-
59. O sistema de controle interno de certa Câmara Municipal realizou auditoria para verificar a conformidade da gestão fiscal em relação aos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), especificamente no que tange à despesa total com pessoal do Poder Legislativo.
- Durante a auditoria, constatou-se que a despesa total com pessoal da Câmara Municipal alcançou o percentual de 5,8% da receita corrente líquida (RCL) do município.
- Considerando as disposições da LRF sobre limites de despesas com pessoal, a equipe de controle interno deve apontar no seu relatório que a Câmara Municipal
- (A) encontra-se dentro do limite prudencial.
 - (B) violou a regra de ouro da LRF.
 - (C) ultrapassou o limite máximo estabelecido para o Poder Legislativo municipal.
 - (D) atingiu o limite de alerta, mas abaixo do prudencial.
 - (E) ultrapassou o limite prudencial.
-
60. A unidade de controle interno da Câmara Municipal foi designada para realizar uma ação de fiscalização cujo objetivo declarado é conhecer a organização e o funcionamento dos diversos setores da Casa Legislativa, identificar objetos passíveis de futuras fiscalizações e avaliar a viabilidade de execução de auditorias específicas no exercício seguinte.
- Considerando os instrumentos de fiscalização da auditoria governamental, essa ação corresponde a
- (A) um monitoramento.
 - (B) uma inspeção.
 - (C) uma auditoria interna.
 - (D) um levantamento.
 - (E) um acompanhamento.

**PROVA DISCURSIVA ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, *Capítulo 10: item 10.3 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 01 questão prática, para a qual o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 10.15 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observados os limites de linhas estabelecidos na questão, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Discursiva. 10.16 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora.*

QUESTÃO 1

A Câmara Municipal de XYZ encerrou o exercício de 2025 e iniciou, através do controlador interno, o processo de revisão acerca da execução orçamentária e financeira do exercício e sobre a conformidade de registros contábeis ocorridos em 2025, para prestação de contas ao Tribunal de Contas Estadual. Durante a análise, foram identificados os seguintes fatos:

Fato 1: Despesa total com pessoal

Ao final do 3º quadrimestre de 2025, a despesa total com pessoal da Câmara atingiu 5,8% da Receita Corrente Líquida (RCL) do município. Nos dois quadrimestres anteriores, o índice esteve em 5,4% e 5,6%, respectivamente (considere que não há Tribunal de Contas do Município). Há uma pressão para que ocorra reajuste salarial de 8% aos servidores em fevereiro de 2026.

Fato 2: Ação trabalhista

A Procuradoria da Câmara informou que existe ação trabalhista movida por servidor, no valor estimado de R\$ 90.000, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável pelos assessores jurídicos. Nenhum registro contábil foi efetuado nas demonstrações de 2025, sob o argumento de que "o processo ainda não transitou em julgado".

Com base nas informações acima, responda:

1. Acerca do Fato 1:

- 1a.** Qual o limite máximo percentual de despesa com pessoal para a Câmara Municipal de XYZ?
- 1b.** Algum limite foi ultrapassado (prudencial e/ou de alerta)? Se sim, qual ou quais?
- 1c.** Será possível proceder com o reajuste salarial (responda apenas sim ou não)?
- 1d.** Justifique sua resposta ao item "1c".

2. Acerca do Fato 2:

- 2a.** A decisão pela não contabilização foi correta (responda apenas sim ou não)?
- 2b.** O fato em questão pode ser definido como passivo, provisão, passivo contingente ou ativo contingente?
- 2c.** Justifique o motivo da sua resposta e enquadramento do item "2b".

Observação: É obrigatório indicar na resposta a letra correspondente ao item que está sendo respondido.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	



19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO